Boletim do diap
Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Ano XV – Nº 198 Janeiro de 2007

Desafios do segundo Governo Lula

Poucos presidentes da República do Brasil encontram condições tão favoráveis quanto Lula ao assumir seu segundo mandato presidencial. O cenário é de crescimento da economia mundial, de ausência de crise externa, de governadores dispostos ao diálogo, e de um Congresso com perfil liberal do ponto de vista econômico e equilibrado do ponto de visa político e social.

Aproveitar esta janela de oportunidade para retomar o crescimento econômico em bases sustentáveis é o grande desafio do Governo. Para tanto, além competência gerencial, o governo precisa acertar em quatro aspectos: i) na organização da base de apoio no Congresso, ii) na eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, iii) na definição da equipe ministerial, e iv) na agenda de reformas viável.

A organização da base de sustentação parece estar no caminho certo. O desenho de coalizão programática, sem a hegemonia do PT, com os partidos colaborando na gestão do governo, na formulação das políticas públicas e na distribuição dos recursos orçamentários resultará em mais unidade. A base, composta do PT, PMDB, PSB, PDT, PV, PCdoB, PL, PTB, PP e PRB, reunirá na Câmara algo em torno de 340 deputados e até 48 senadores.

A eleição dos presidentes das duas Casas do Congresso é fundamental para o bom desempenho do Governo no Legislativo. O próximo presidente da Câmara, muito provavelmente, será o atual presidente da Casa, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), ou o líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT/SP), e o do Senado o atual presidente, Renan Calheiros (PMDB/AL). A oposição lançou, sem muita chance, o deputado Gustavo Fruet (PSDB/PR), na Câmara, e o senador José Agripino (PFL/RN) no Senado.

O novo ministério, que aproveitará muito do atual, deverá ter três características: a) ser tecnicamente preparado, b) politicamente respaldado, e c) eticamente inatacável. Muito provavelmente, haverá uma redução da participação de São Paulo e do PT no novo mandato, caminhando para um governo com perfil mais técnico.

A agenda de reformas, além de medidas voltadas para desonerar a produção e destinar recursos para investimento em infra-estrutura, tende a incluir: a) reforma política, b) tributária e fiscal, e c) sindical. Poderá entrar na pauta, ainda, a reforma da Previdência do setor privado e a reforma trabalhista.

As condições acima mencionadas, se superados esses desafios, estarão dadas. A população referendou a estabilidade de preços e a manutenção dos programas sociais, mas exigiu controle do gasto público, redução da carga tributária e crescimento econômico. Só falta o Governo acertar em suas escolhas.

A Diretoria

Legislatura 2006
Produção legislativa foi boa, apesar da crise política 3

PAC
Governo lança programa de investimentos para os próximos quatro anos 4e5

Governo Lula
Mobilização do movimento sindical será fundamental para evitar retrocessos 7

Publicação do DIAP
Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

BOLETIM DO DIAP
Ano XV - Nº 198 - JANEIRO DE 2007

Publicação mensal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/7
70093-900 - Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende
Editora
Viviane Ponte Sena
Redação
Alysson Alves, Antônio Augusto de Queiroz
Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena.
Página: www.diap.org.br
Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Diagramação
Fernanda Medeiros
Fone: (61) 3321-8200
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

Conselho Diretor do DIAP

Presidente
Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes
José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)
Fernando Cláudio Antunes Araújo (UNACON)
João Batista da Silveira (SAAE/MG)
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)
Lúcio Flávio Costa (Fed. Bras. Adm.)

Superintendente
Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)
Suplente: Ezequiel Souza Nascimento (SINDILEGIS)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)
Suplente: Izac Antonio de Oliveira (FITEE)
Tesoureiro: José Carlos Perret Schulte (CNTC)
Suplente: José Caetano Rodrigues (CNTS)

Conselho Fiscal
Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)
Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Suplentes
Aramis Marques da Crus (Sindicato Nacional dos Moedeiros)
Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RJ)
Joaquim Domingues Carneiro Neto (SENALBA/SC)

Direto ao arquivo: destino dos projetos de parlamentares

Por imperativo regimental, no término de cada legislatura, são arquivados milhares de projetos de lei na Câmara e no Senado, sendo mais de 99% deles de iniciativa de parlamentares. Estima-se que pelo menos 6 mil proposições serão arquivadas na Câmara dos Deputados. O desarquivamento, entretanto, é possível, desde que o autor da proposição seja reeleito.

Na Câmara dos Deputados, de acordo com o regimento (art. 105, Parágrafo Único), finda a legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação, bem como as que abrem crédito suplementar, com ou sem pareceres, salvo as: i) com pareceres favoráveis de todas as comissões, ii) já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno, iii) que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; iv) de iniciativa popular, e v) de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

No Senado, de acordo com o regimento interno (art. 332), ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação, salvo: i) as originárias da Câmara, ii) as de autoria de senadores que permaneçam no exercício do mandato ou que tenham sido reeleitos, iii) as apresentadas por senadores no último ano do mandato, iv) as com parecer favorável das comissões, v) as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, vi) as que tratem de matéria de competência privativa do Senado, e vii) as que tratem de pedido de sustação de processo contra senador em andamento no Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, passados dois anos de tramitação, as proposições no Senado serão automaticamente arquivadas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 dos senadores, até 60 dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário.

Na Câmara, o desarquivamento pode ser feito nos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa da próxima legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro de 2007, mas somente por requerimento do autor e desde que tenha sido reeleito.

A maioria dos projetos de iniciativa de parlamentares, como se vê, tem como motivação dar uma satisfação ao seu eleitorado do que propriamente transformá-los em norma jurídica, já que quase que invariavelmente seu destino é o arquivo.

Para ilustrar a afirmação acima, basta dizer que durante todo o ano de 2006 foram aprovados e transformados em norma jurídica apenas 40 projetos de iniciativa de parlamentares, sendo 31 de deputados e nove de senadores.

Produção Legislativa em 2006

Apesar da crise política, última sessão legislativa da 52ª Legislatura foi produtiva

*Antônio Augusto de Queiroz**

A última sessão legislativa da 52ª legislatura foi marcada pela crise política, que praticamente paralisou o processo decisório no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados. Das 140 sessões deliberativas convocadas na Câmara, das quais 25 realizadas durante convocação extraordinária, em 24 não houve quorum e em 92 a pauta estava trancada por medida provisória.

Nesse período, foram aprovadas 178 leis ordinárias, sendo 59 delas oriundas de medidas provisórias, 78 de projetos de lei, apreciados separadamente pela Câmara e pelo Senado, e 41 projetos sobre créditos suplementares (PLN), aprovados em sessão conjunta do Congresso. Dos 78 projetos de lei, 42 foram de iniciativa do Congresso (31 de deputados, nove de senadores e dois de comissões da Câmara), 124 de iniciativa do Poder Executivo, nove do Poder Judiciário, duas do Ministério Público e uma do Tribunal de Contas da União.

O Poder Executivo, portanto, aprovou 124 das 178 leis, correspondentes aos 24 projetos de lei (PL), 59 medidas provisórias (MP) e 41 projetos de créditos suplementares (PLN). Das 54 leis restantes, como já demonstrado, 42 foram de iniciativa do Poder Legislativo e 12 de outros poderes (Judiciário, MPU e TCU).

Analisando apenas os números, fica evidente que o Poder Executivo foi o grande legislador do ano de 2006. Essa leitura, entretanto, exige uma reflexão mais acurada. De fato, o Executivo aprovou 124 leis, mas os temas nelas tratados, em 90% dos casos, são de competência privativa do Poder Executivo, como as 24 MPs sobre matéria orçamentária (99% delas abrindo crédito extraordinário), as 35 leis oriundas de MPs e de projetos de lei sobre administração pública (90% de reestruturação de carreiras), além das 41 sobre créditos adicionais, aprovadas em sessão conjunta do Congresso.

Se, apenas para efeito de raciocínio, excluíssemos do universo das 124 leis de iniciativa do Poder Executivo todas as matérias orçamentárias (29 MPs e 41 projetos de créditos suplementares), que são de competência privativa do presidente da República, sobrariam apenas 46 leis oriundas do Governo federal, apenas quatro a mais do que as 42 leis de iniciativa de parlamentares. Se, considerarmos, ainda, que o Congresso modificou quase todas as proposições de iniciativa do Poder Executivo que não havia impedimento de fazê-lo, constata-se que o Legislativo teve grande participação na formulação das políticas públicas.

O Congresso também aprovou, e foram transformadas em norma jurídica em 2006, além das leis ordinárias mencionadas, três leis complementares e cinco emendas à Constituição, todas de iniciativa de parlamentares. Assim, para efeito de número de leis de iniciativa de parlamentares, deve-se considerar, além das 42 leis ordinárias, as três complementares e as cinco emendas à Constituição, que totalizam 50 proposições transformadas em norma jurídica.

Além das leis ordinárias, complementares e emendas à Constituição, publicadas no ano passado, foram aprovadas em 2006, e sancionadas somente em 2007, mais duas leis complementares e sete leis ordinárias, inclusive a que cuida do marco regulatório do setor de saneamento.

Finalmente, como a imprensa chamou a atenção para o "excesso de medidas provisórias", é importante registrar a média mensal de MPs transformadas em lei em 2006: 4,91, abaixo da média do último ano de FHC, que foi de 6,8. A média mensal de MPs transformadas em lei em 2006, apesar do ano atípico (crise política, Copa do Mundo e eleição), foi muito próxima da média dos três primeiros anos do primeiro mandato do presidente Lula, que foi de 4,76 MPs.

Este pequeno balanço demonstra que as aparências enganam. As manchetes de jornais, as revistas, as TVs e rádios denunciaram o suposto excesso de medidas provisórias e a completa submissão do Congresso ao Poder Executivo, em matéria de produção legislativa. Como estávamos em meio a uma grande crise política, poucas pessoas pararam para analisar friamente os dados e informações, para deles extrair uma convicção própria e real da situação. Como se vê, a performance do Poder Legislativo na produção das leis não foi muito diferente de anos anteriores, apesar da percepção de que foi muito pior.

Confira o levantamento completo da produção legislativa em 2006 na página do DIAP: www.diap.org.br

Jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP

PAC dá o tom do segundo m

Quase um mês depois de ter sido empossado para o segundo mandato de chefe de Estado e do Governo Brasileiro, o presidente Lula revelou os enunciados e assinou o rol de atos legislativos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os escudeiros do Presidente, durante a solenidade de apresentação do programa à imprensa, foram o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Decepcionante para uns, apenas satisfatório para outros e animador para os mais entusiastas em relação ao tom do novo Governo Lula, o PAC foi lançado com a missão de estimular investimentos públicos e privados para possibilitar taxas de expansão econômica mais elevadas do que a média de 2,6% dos quatro últimos anos.

Com a previsão de investimentos da ordem de R$ 503,9 bilhões até 2010, o programa contará com recursos do Orçamento (R$ 67,8 bilhões), das empresas federais estatais e do setor privado (R$ 436,1 bilhões). O Governo espera que as iniciativas de desoneração fiscal contempladas no PAC atraiam os investimentos privados.

As medidas do PAC cujo sucesso, segundo o Governo, depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários, estão organizadas em cinco blocos: 1) investimento em infra-estrutura, 2) estímulo ao crédito e ao financiamento, 3) melhora do ambiente de investimento, 4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e 5) medidas fiscais de longo prazo. Um comitê gestor fará o acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento do PAC.

Para montar o PAC, o Governo reuniu proposições que estão em tramitação no Congresso Nacional e atos legislativos novos, mas já previstos. Edição extra do Diário Oficial da União, publicada no dia 22 de janeiro, divulgou a íntegra de seis medidas provisórias (347, 348, 349, 350, 351 e 352), e cinco decretos presidenciais (6.019, 6.021, 6.023, 6.024 e 6.025, este último instituindo o programa e seu comitê gestor).

Constituem ainda o PAC, juntamente com as MP's e os decretos, dois projetos de lei ordinária (PL's) e dois projetos de lei complementar (PLP's). Os PL's tratam da política de valorização do salário mínimo e da lei de licitações. Já os PLP's versam sobre a política de reajuste para o funcionalismo público e a regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, que cuida da legislação ambiental. Para fevereiro, está previsto o envio ao Congresso de projeto de lei complementar disciplinando a previdência complementar dos servidores públicos federais.

O conjunto de medidas do PAC completa-se com cinco proposições em andamento no Poder Legislativo Federal. Todos são projetos de lei, alguns com tramitação bastante avançada: PL n° 3.337/04 (agências reguladoras), PL n° 6.673/06 (Lei do Gás), PL n° 5.877/05 (defesa da concorrência), PL n° 6.272/05 (Super-Receita) e PLS n° 261/05 (previdência social). Os textos de todas as matérias que integram o PAC podem ser consultados na página do DIAP (www.diap.org.br), na Seção Destaque.

As reações ao PAC variam desde o total pessimismo até o reconhecimento de que o Governo acertou ao apostar suas fichas num programa com foco no crescimento. Governadores, empresários, economistas e líderes sindicais manifestaram opiniões diversas como a de que não houve surpresas condizentes com a grande estratégia de marketing que cercou o lançamento do programa. Entretanto, se o elemento surpresa não se confirmou, ao menos o Governo aproveitou a oportunidade para fazer uma importante sinalização de que o segundo mandato poderá convergir para novas atitudes.

Apesar de em seu discurso o Presidente ter enfatizado que as medidas do PAC vêm acompanhadas da aceleração das reformas política, tributária e do sistema previdenciário, as críticas mais contundentes cobram aprofundamento das medidas da área fiscal e mais clareza no que diz respeito a questões estruturais, leia-se, reformas constitucionais e marco regulatório.

Os economistas levantam outro ponto relevante sobre o PAC: o de que não há dinheiro novo no montante de investimentos programados até 2010. Mais da metade dos R$ 503 bilhões previstos serão destinados à área de energia. São R$ 274 bilhões, dos quais cerca de R$ 170 bilhões virão da Petrobrás, dinheiro já previsto no planejamento da estatal. Esses recursos provenientes da Petrobrás correspondem a quase 35% de todo o dinheiro do PAC.

As medidas do PAC terão impacto direto sobre o setor produtivo e sobre a área de infra-estrutura. Sua execução, entretanto, também terá reflexo no orçamento da população em geral, principalmente no que se refere ao consumo. As principais mudanças que podem afetar o bolso da população, estão destacadas nos tópicos a seguir.

COMPUTADOR BARATO

Os limites para isenção de PIS e Cofins para microcomputadores

mandato do presidente Lula

foram ampliados. Atualmente, os limites são de R$ 2,5 mil para desktops e de R$ 3 mil para laptops. Ambos aumentaram para R$ 4 mil.

MIGRAÇÃO DO PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

Com o PAC, as famílias de baixa renda atendidas pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial) terão a opção de migrar para programas tradicionais de financiamento habitacional. Isto será possível a partir da queda dos juros e da extensão do número de prestações. O PAR tem 240 mil associados assistidos por programas de arrendamento.

INVESTIMENTO DE PARTE DO SALDO DO FGTS EM INFRA-ESTRUTURA

O PAC propõe a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, com valor inicial de R$ 5 bilhões, com recursos do patrimônio líquido do FGTS, podendo ser elevado para o valor de até 80% do patrimônio líquido do fundo, que atualmente é de cerca de R$ 20 bilhões. Além do aporte do FGTS, o Governo Federal vai permitir que os trabalhadores invistam até 10% do saldo de suas contas no FGTS.

O uso de recursos do FGTS para constituição deste novo fundo de investimento em infra-estrutura gerou polêmica no movimento sindical. Algumas centrais reagiram à proposta com ressalvas, outras radicalizaram no argumento de que o FGTS, que é patrimônio dos trabalhadores, não pode ser dilapidado. A Força Sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) já ingressaram com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a medida.

As centrais pediram a suspensão dos efeitos da MP até que o STF se manifeste sobre a legalidade da matéria. Elas defendem que os recursos do fundo só podem ser aplicados em saneamento básico e habitação e que a Caixa Econômica Federal apresente garantias aos investimentos que usarão os recursos do FGTS. "A destinação de dinheiro do FGTS a investimentos de infra-estrutura tem de ser individual, com cada trabalhador assumindo os riscos. A medida é inconstitucional porque o FGTS serve para indenizar trabalhadores e financiar habitação e saneamento", disse Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical e deputado federal eleito pelo PDT de São Paulo.

Em nota pública, a Força Sindical defende que "os trabalhadores devem ter o direito de optar ou não em correr o risco, como no caso das aplicações de dinheiro do FGTS em compra de ações da Petrobras e da Vale do Rio do Rio Doce. A atitude, neste ponto, é arbitrária e não leva em conta o direito adquirido dos trabalhadores". A direção da Força Sindical entende que a tentativa de criar um Fundo sem autorização dos trabalhadores representa um confisco.

REAJUSTES DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Na ânsia de conter o crescimento dos gastos com pessoal, o Governo Federal utilizou o PAC como instrumento para criar um teto de 1,5% para a elevação real (acima da inflação) da folha de pagamentos oficial. Isso pode significar o fim de grandes reposições salariais, já que ainda existe pressão para novas contratações. Os atuais servidores tendem a ter apenas a correção da inflação. As reações a este ponto também foram severas.

Servidores públicos federais já ameaçam entrar em greve em março, se o Governo não alterar a política de reajuste do funcionalismo anunciada no PAC.

VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

As medidas contidas no PAC no que se refere ao reajuste do salário mínimo confirmam o acordo feito entre o Governo e as centrais sindicais no final do ano passado. O PAC ratifica que o reajuste do salário mínimo entre 2008 e 2011 será feito com base na variação anual do INPC mais a taxa de crescimento real do PIB de dois anos imediatamente anteriores.

A definição de uma política permanente de reajuste do salário mínimo é uma das principais medidas do PAC que objetivam ajustes fiscais a longo prazo. Outra importante iniciativa do programa nesta direção é a criação do Fórum Nacional da Previdência Social. Instituído pelo Decreto n° 6.019, de 22 de janeiro de 2007, a instalação do Fórum está prevista para o próximo dia 12 de fevereiro.

Nas justificativas do PAC, a nova instância terá o papel de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social.

O impacto esperado é a elaboração de propostas de melhoria do modelo previdenciário. O fórum, de acordo com o decreto presidencial, será integrado por representantes do Governo Federal, dos trabalhadores e dos empregadores. Trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas serão representados no fórum pelas seguintes entidades: CAT, CGT, CGTB, CUT, COBAP, Força Sindical, NCST e SDS.

Movimentos Sociais

Entidades da sociedade civil propõem agenda social à cúpula do Mercosul

Durante a 32ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de janeiro de 2007, as entidades representativas dos movimentos sociais entregaram a Declaração Final da 1º Cúpula Social do Mercosul ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Cúpula Social do Mercosul foi realizada em Brasília no final no ano passado. Cerca de 500 representantes de movimentos sociais de cinco países membros do bloco e de países associados, como Chile e Bolívia, participaram dos debates e da elaboração do documento final do evento.

O texto é composto de 23 itens e é resultado dos debates realizados por nove grupos de trabalho. O documento contém várias proposições que objetivam aproximar a sociedade civil das discussões do bloco.

Propostas

Os participantes dos grupos de trabalho debateram temas como agricultura familiar, reforma agrária, direitos humanos, cultura, educação, migrações, meio ambiente, modelos de desenvolvimento, participação cidadã, saúde e Parlamento do Mercosul. As discussões embasaram o documento final da conferência: o texto destaca que o processo de integração deve agregar, às dimensões econômica e comercial, dimensões política, social, trabalhista, ambiental e cultural.

O documento também traz propostas concretas, como simplificar a regulamentação da circulação de trabalhadores no Mercosul e criar mecanismos de harmonização entre os países membros que garantam os direitos previdenciários dos trabalhadores do bloco. Propõe, ainda, a formulação de um marco jurídico de defesa dos direitos dos migrantes dos países do Mercosul e dos Estados associados.

Outra proposta dos movimentos sociais é o fortalecimento da participação dos governos locais e regionais no Mercosul – nesse sentido, pedem a instalação imediata do Fórum Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul. O documento sugere ainda a formulação conjunta de políticas de saúde e educação, ações e legislação comum de estímulo ao cooperativismo, criação de condições para o ensino das línguas portuguesa e espanhola em todos os países do Mercosul e a elaboração de um plano conjunto para erradicação do trabalho infantil.

Prioridades

Os movimentos sociais consideram prioritárias ações de integração cultural "com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento". O documento também rechaça a privatização da água: "Defendemos os recursos naturais e o acesso à água em toda a região, a água não é mercadoria". Por fim, reitera que "o desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um Mercosul sócio-ambiental".

A 1ª Cúpula Social do Mercosul foi coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e convocada pelo programa Somos Mercosul, pelo Fórum Consultivo Econômico e Social, pela Comissão Parlamentar Conjunta e pela Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

O que foi discutido na 32ª Cúpula?

O pedido de ingresso da Bolívia no Mercosul, formalizado pelo presidente Evo Morales, e o detalhamento da participação da Venezuela foram dois dos principais temas debatidos na cúpula. A Venezuela aderiu ao bloco, mas ainda é necessário definir um calendário detalhado para adoção da TEC (Tarifa Externa Comum).

Na pauta oficial entraram temas como a adoção de medidas que favorecem as economias menores do bloco – Uruguai e Paraguai – e um acordo especial do Mercosul com os países do Golfo Pérsico. O acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo (integrado por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes, Kuwait e Omã) ainda está em discussão.

Quais os temas mais polêmicos do encontro?

Apesar de o Brasil e a Argentina já terem se manifestado favoráveis ao ingresso da Bolívia no Mercosul, o tema foi objeto de polêmica entre os demais sócios. A Bolívia pede tratamento diferenciado em relação à Tarifa Externa Comum (TEC), um dos pilares da união aduaneira.

Uma proposta do Brasil de eliminação da dupla cobrança da TEC aos produtos de fora do bloco que entram por Paraguai e Uruguai, mas que têm o Brasil como destino, também divide os países.

A medida, que seria unilateral do governo brasileiro, é uma das propostas defendidas por Brasília para "diminuir as assimetrias do bloco".

Outra iniciativa discutida no Rio foi a aprovação dos primeiros projetos com dinheiro do Fundo de Convergência Estrutural (Focen). O Focen, com US$ 100 milhões (dos quais 70% são contribuição do Brasil), pretende promover o desenvolvimento de economias com investimentos sociais e em infraestrutura.

Reunião do Rio

A reunião do Rio foi o 32º encontro do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão formado pelos ministros de Economia e Relações Exteriores de cada país. O CMC, que é o órgão superior do Mercosul, reúne-se pelo menos uma vez por ano.

Mercosul é o programa de integração econômica de cinco países da América do Sul. Em sua formação original o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Entretanto, em julho de 2006, a Venezuela aderiu ao bloco . O bloco também é chamado de Cone Sul porque sua formação original abrangia as nações do sul do continente, formando um cone.

Outros países participam do bloco como associados: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador. Há, ainda, o México, que é um Estado observador.

Desafios do movimento sindical no segundo Governo Lula

*Antônio Augusto de Queiroz**

O movimento sindical brasileiro, apesar de ter promovido poucas greves e mobilizações, pode ser considerado vitorioso no primeiro Governo Lula, tendo como parâmetro o Governo FHC, especialmente pelos resultados favoráveis nos marcos econômicos, regulatórios e políticos. No segundo mandato, entretanto, o resultado poderá ser desastroso, sob todos os aspectos, se for mantido o padrão de comportamento do primeiro.

Econômica e financeiramente, a despeito da continuidade da política econômica, houve aumento real do salário mínimo, reestruturação remuneratória de servidores públicos, aumento de postos de trabalho, inclusive com carteira assinada, ganho real nas negociações coletivas, correção na tabela do imposto de renda, crédito consignado e microcrédito com juros baixos, entre outros benefícios, como a correção dos benefícios previdenciários acima da inflação.

Politicamente, a retirada do Congresso de projeto de flexibilização da CLT, a nomeação de ministros do Trabalho oriundos do movimento sindical, a participação dos trabalhadores no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e no Fórum Nacional do Trabalho, ainda que o Presidente tenha prestigiado mais as centrais sindicais, e o fato de o Governo ter atribuído ao movimento sindical os ganhos econômicos assegurados por força da conjuntura favorável, especialmente no plano internacional, podem ser considerados vitórias.

A correlação de forças no interior do movimento sindical, apesar da ausência de grandes mobilizações, se mantém razoavelmente equilibrada. Houve o surgimento, pela esquerda, do Conlutas, e pelo centro, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que contribuíram para oxigenar o movimento sindical. Apesar disto, foi mantida a hegemonia política da CUT e da Força Sindical. A CUT, que pagou um preço elevado por erros do Governo, especialmente na reforma da Previdência, cresceu menos que a Força Sindical, que praticamente dobrou seu número de filiados.

No quesito regulatório e/ou de legislação, diante da ameaça de retrocessos, o balanço foi positivo. O presidente da República, com exceção da reforma da Previdência do servidor e da mudança nos direitos trabalhistas de empregados das pequenas e microempresas, se comportou de acordo com o pensamento majoritário do movimento sindical: a) retirou do Congresso projeto que flexibilizava a CLT; b) não fez a reforma trabalhista; c) propôs, mas não teve condições de aprovar a reforma sindical; e d) encaminhou, ainda em 2003, o pedido de retirada do projeto de terceirização e prestação de serviços, mas até o final do primeiro mandato o presidente da Câmara não havia submetido a matéria ao plenário da Casa.

> *Sem mobilização, dificilmente o movimento sindical manterá este mesmo padrão de ganhos no segundo mandato do presidente Lula*

Sem mobilização, dificilmente o movimento sindical manterá este mesmo padrão de ganhos no segundo mandato do presidente Lula. A tendência, portanto, será de menos "cooperação" e mais mobilização do movimento sindical brasileiro, tanto pelas disputas internas quanto pela necessidade do contraponto às forças conservadoras que farão parte da coalizão de apoio ao Governo.

Apesar de o Presidente, em sua campanha de reeleição, ter afastado a idéia de reforma trabalhista e previdenciária, a pressão das forças de mercado no sentido de sua inclusão na pauta de reformas será muito forte. Se não houver o contraponto do movimento sindical, o Governo poderá ser forçado a incluir essas duas matérias na pauta. A primeira como exigência do setor empresarial para apoiar a reforma sindical e a segunda em razão das alegações de supostos déficits em decorrência do aumento real ao salário mínimo, com impacto nas contas da Previdência.

A flexibilização de aspectos da legislação trabalhista havida na Lei Geral das Pequenas e Microempresas, aquelas com faturamento até R$ 2,4 milhões, e a absurda emenda do Senado ao projeto de lei da Super Receita, dão a exata dimensão do que poderá ocorrer em matéria trabalhista, caso não haja uma reação adequada do movimento sindical. A emenda ao Projeto de Lei nº 6.272/2005, da Super Receita, de autoria do Senador Ney Suassuna (PMDB/PB), além de tratar de matéria alheia ao tema do projeto, impede os Auditores do Trabalho de fiscalizar o vínculo empregatício e autuar empresas que contratam prestadores de serviços. A emenda será votada separadamente dos demais aspectos do projeto, que já estão aprovados pelas duas Casas do Congresso, e precisa ser rejeitada ou, se aprovada, ser vetada pelo presidente da República, sob pena de retrocesso nas relações de trabalho.

Os desafios do movimento sindical no segundo mandato do presidente Lula, pelas razões expostas, certamente forçarão relações com o Governo em novas bases, com mais pressão e mobilização, até por uma questão de sobrevivência política.

Jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP

Previdência Social: 84 anos reduzindo desigualdades sociais

*Álvaro Sólon de França**

A Previdência Social brasileira completou, no dia 24 de janeiro, 84 anos. São oito décadas reduzindo as nossas profundas desigualdades sociais e redistribuindo renda no nosso país. Criada pelo Decreto Legislativo 4.682, de 24 de janeiro de 1.923, originário de um Projeto de Lei apresentado em outubro de 1921 pelo deputado federal Eloy Miranda Chaves, que propunha a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, a Previdência Social ganhou dimensão e importância jamais imaginada, até mesmo pelo mais esperançoso cidadão daquela época.

Hoje, a Previdência Social paga religiosamente a 21,64 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o que equivale à população do Chile e Uruguai. No ano passado, o pagamento de benefícios previdenciários atingiu a cifra de R$ 165,6 bilhões, correspondente a 8,02% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Entre os anos de 1988 e 2006, a quantidade de benefícios previdenciários pagos pela Previdência Social aumentou 86,5%, passando de 11,6 milhões para 21,64 milhões de beneficiários. Segundo o IBGE, para cada beneficiário da Previdência Social, em média, há 2,5 pessoas beneficiadas indiretamente. Assim, em 2006, a Previdência Social beneficiou 75,74 milhões de pessoas, ou seja, mais de 40% da população brasileira.

Segundo os resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, do IBGE, 35% dos idosos nos municípios com até 20 mil habitantes contribuem com 30% a 50% do rendimento familiar mensal, enquanto nos municípios com mais de 500 mil habitantes o percentual de idosos é de 17%. Em todo o país, 27% dos idosos são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar.

Em 2004, pesquisa realizada pela Secretaria de Previdência Social, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicilio) -, mostra que 30,1% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza (pobreza=R$ 130). Se não fosse a Previdência, o percentual seria de 41,7%, ou seja, a Previdência foi responsável por uma redução de 11,6% no nível de pobreza, o que significa que 20,1 milhões de pessoas deixaram de ficar abaixo da linha de pobreza. Segundo essa mesma pesquisa, a renda domiciliar média dos domicílios com beneficiários da previdência social era de R$ 1.585, ou seja, 20% superior à dos domicílios sem beneficiários da previdência social, que era de R$ 1.265.

A Previdência Social tem sido o motor da economia de milhares de municípios brasileiros. Após extensa pesquisa que tivemos a oportunidade de realizar, verificamos que, segundo dados de 2003, dos 5.561 municípios avaliados, em 3.773 (67,85%) deles o pagamento de benefícios previdenciários efetuados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – supera o FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Ao contrário do que muitos poderiam imaginar, o maior volume de pagamento de benefícios previdenciários em relação ao FPM não é um fenômeno estritamente nordestino. Os percentuais também são expressivos nos estados da Região Sudeste. No Rio de Janeiro, em 92 dos 94 municípios, os benefícios previdenciários superam o FPM, o que representa 91,30%; no Espírito Santo, isto se verifica em 74 dos 78 municípios (94,87%); em Minas Gerais, em 585 dos 853 municípios (68,56%), e em São Paulo, em 519 dos 645 municípios (80,67%).

Na Região Sul, o maior percentual está no Paraná: de 399 municípios, 305 convivem com essa realidade, ou 76,44%. Em Santa Catarina é de 212 (72,35%) para o total de 293 municípios, e, finalmente, no Rio Grande do Sul, 324 dos 497 municípios (65,19%) registram maior pagamento de benefícios previdenciários em relação ao FPM.

Na Região Nordeste, o recorde fica com Pernambuco (86,49%), onde, em 160 dos 185 municípios, o pagamento de benefícios é superior ao FPM. Já o segundo lugar fica com o Ceará (83,15%), onde, em 153 dos 184 municípios, o pagamento de benefícios é superior ao FPM. Esses dados são altamente representativos de uma realidade que não pode ser ignorada: a Previdência Social reduz as desigualdades sociais e exerce uma influência extraordinária na vida de milhões de pessoas, e na economia de milhares de municípios brasileiros.

E há ainda outro aspecto que não pode deixar de ser mencionado: em 5.519 dos 5.561 municípios brasileiros, os beneficiários da Previdência Social não precisam se deslocar para outros municípios para receberem os seus benefícios, resgatando assim a dignidade de milhares de aposentados e pensionistas que se deslocavam em condições indignas para receberem o que lhes é devido por direito. Ressalte-se que houve um avanço extraordinário, neste particular, a partir de 2003, graças aos correspondentes bancários.

A Previdência Social para a população rural é ainda mais significativa, devido aos seus impactos redistributivos de renda e à elevada cobertura. Em 2006, a quantidade de benefícios pagos ficou em torno de 7,31 milhões, perfazendo um valor total de R$ 32,4 bilhões, o que beneficiou, indiretamente, aproximadamente 25,5 milhões de pessoas no campo em uma população total de 35 milhões. Por sua vez, a arrecadação proveniente da área rural foi de apenas R$ 3,8 bilhões, o que representou 11,7% do valor pago como benefícios rurais.

Na prática, a previdência rural tem funcionado como uma política de garantia de renda mínima para o campo. Percorrendo inúmeras cidades do interior do país, verifiquei que o maior sonho dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é completar a idade, exigida pela legislação previdenciária, para se aposentarem, o que demonstra, de maneira insofismável, que a previdência social é a última esperança dessas pessoas para viverem com dignidade, pois no Brasil, infelizmente, a dignidade está vinculada à renda.

Os dados aqui retratados demonstram, de maneira insofismável, que a Previdência Social está cumprindo o seu papel no resgate da dignidade humana e na solidificação da estabilidade social em milhares de municípios que, muitas vezes, não fazem parte do mapa de preocupações das "elites pensantes" do nosso país, o que nos dá a certeza de que, se não fossem os benefícios pagos pela previdência social, a nação brasileira estaria na barbárie social. A Previdência Social não é propriedade do governo, nem dos partidos da base de sustentação do governo, nem dos partidos de oposição. Pertence à sociedade brasileira. Destarte, conclamamos toda a sociedade para que nos ajude a aperfeiçoá-la, tornando-a cada vez mais pública e eficaz, sob pena de sermos "pegos de surpresa" pelos piratas sociais travestidos de arautos da modernidade, mas que, na realidade, estão a serviço do sistema financeiro nacional e internacional, até porque essa gente tem ojeriza à solidariedade entre as pessoas e as gerações.

Auditor Fiscal da Previdência Social, foi secretário-executivo do Ministério da Previdência Social no período de 2003 a 2004. É autor dos livros "Previdência Social é Cidadania" e "A Previdência Social e a Economia dos Municípios". E-mail: alvarosolon@uol.com.br